

Informe Anual

2009



Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG

Av. Pedro II, 68 – São Cristóvão
CEP: 20941-070 – Rio de Janeiro – RJ

08000240197 – Emergência 24h
08000247766 – Central de Atendimento
08000249040 – Agenersa



Informe Anual 2009

Nosso compromisso é
trabalhar pelo futuro.

1. Carta do Presidente do Conselho de Administração	04
2. Carta do Presidente e do Country Manager da Gas Natural Fenosa - Brasil	06
3. Composição da Administração	08
4. Cenário Macroeconômico e Indústria do Gás	10
5. Atividade Comercial	12
6. Serviço a Clientes	16
7. Atividade Técnica	18
8. Sumário Financeiro	22
9. Responsabilidade Social Corporativa	26
10. Demonstrações Financeiras	33





1 ■ Carta do Presidente do Conselho de Administração da CEG

Senhores,

O crescimento sólido e rentável do modelo de negócios do Grupo Gas Natural nunca ficou tão evidente como em 2009, ano que se seguiu ao início da crise mundial, e que acabou por selecionar quais as empresas com potencial para suportar as condições econômicas mais variáveis e adversas possíveis.

Foi neste cenário desafiador que o Grupo Gas Natural concretizou sua fusão com a União Fenosa, passando a estar presente em 23 países, ser líder mundial de distribuição de gás em número de clientes – 20 milhões, sendo 10 milhões somente na América Latina – e ampliar as possibilidades no mercado de gás natural liquefeito e de energia elétrica.

A confiança do Grupo nas estratégias adotadas estendeu-se à gestão das suas empresas no Brasil e resultou em números positivos para CEG, CEG RIO e Gas Natural SPS, que apresentaram lucro líquido de R\$ 394,3 milhões, valor 45,4% maior do que o do ano anterior.

E por acreditar na estabilidade dessas companhias, mais de R\$ 1 bilhão em investimentos estão previstos para os próximos cinco anos. No caso do Estado do Rio de Janeiro, esses recursos vão desenvolver novas atividades produtivas e acelerar o projeto de interiorização do gás natural.

Na CEG, maior empresa do Grupo no Brasil, os lançamentos de prédios comerciais e residenciais no Rio viabilizaram os investimentos em novas redes de distribuição em diversos pontos da cidade, o que permitiu que a companhia fechasse o ano com o total de 3.849 km de rede.

Com a escolha da cidade carioca para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, todos os investimentos em infraestrutura revestem-se da maior importância para o sucesso desta realização. Atenta a este fato, a companhia concluiu 17 km de tubulação para reforço do sistema de distribuição da região metropolitana da cidade, o que vai permitir aumentar em 200 mil metros cúbicos/dia a oferta de gás.

Esta maior oferta de gás vai beneficiar diretamente os novos clientes a serem incorporados. Em 2009, foram 11 mil novas economias captadas, que permitiram fechar o ano com uma base de 746.739 clientes.

Em termos financeiros, a CEG permaneceu na sua sequência de bons resultados. O Lajida foi de R\$ 506,8 milhões, 35,98% maior que o obtido em 2008, levando este índice a um crescimento médio anual de 30,0%, nos últimos cinco anos. O lucro líquido da companhia também superou em 72,97% o do ano anterior, chegando a R\$ 226,7 milhões, reflexo da aplicação do IGPM e da revisão tarifária para o período 2008/2012, concluída após longo processo de auditorias e sessões regulatórias.

Já aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$ 107,7 milhões, sendo R\$ 32,5 milhões a título de juros sobre o capital próprio, e R\$ 75,2 milhões sob a forma de dividendos. Esses valores somados representam 50% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. Os restantes 50% serão usados em futuros investimentos.

Apesar de ter sido um ano de retração das vendas, por conta da redução do consumo das térmicas e do segmento industrial, os leilões realizados pela Petrobras no segundo semestre viabilizaram para a CEG a compra de gás natural com custo em média 36,5% menor do que o previsto, o que possibilitou praticar tarifas mais competitivas e recuperar parte das vendas industriais.

A evolução positiva e crescente destes indicadores reforça o acerto no direcionamento de nossa estratégia não só quanto a estas magnitudes como também quanto à nossa política de atenção prioritária às questões sociais e ambientais.

Com abordagem engajada na vida social e cultural da cidade e atenta aos seus principais movimentos, a CEG continuou adotando em 2009 as melhores referências em transparência, relações com a comunidade e sustentabilidade. Os projetos de responsabilidade social corporativa tiveram continuidade assim como foram desenvolvidas novas ações para apoio à cultura.

Na área ambiental, até 2009, a CEG já conseguiu evitar a emissão de quase 36.800 toneladas de CO₂ na atmosfera e ainda tem potencial para evitar outras 50.761 toneladas, através dos projetos que está desenvolvendo. Trata-se da única distribuidora de gás natural a ter projetos de MDL registrados no Brasil, de acordo com os critérios firmados no Protocolo de Quioto.

No âmbito interno, foram realizadas 34.5 mil horas de capacitação presencial: formação técnica, idiomas, formação em gestão e formação comercial. Através de sistema corporativo utilizado pelo Grupo Gas Natural, foram realizadas na CEG 197 horas de treinamento on-line.

Por toda a nossa conduta e respectivos resultados, que constam neste Informe, acreditamos estar no caminho certo para alcançar o que é nossa visão: ser um grupo em contínuo crescimento, com qualidade de serviço excelente, rentabilidade sustentável, gerando oportunidades e dando contribuição positiva à sociedade.

Quero agradecer ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e a todos que se envolveram e trabalharam conosco em 2009, ajudando-nos a atingir nossos objetivos. Nossas conquistas e as que ainda pretendemos alcançar dependem de continuarmos contando com seu apoio.

À equipe da CEG, que mais do que nunca demonstrou seu alto nível profissional e confiança em nossa orientação.

E aos nossos acionistas, um agradecimento especial pelo tão oportuno apoio neste ano de grandes transformações e desafios.

Muito obrigado.

Sergio Aranda
Presidente do Conselho de Administração





2. Carta do Presidente e do Country Manager da Gas Natural Fenosa - Brasil

Em consequência de políticas acertadas que levaram o Grupo Gas Natural a cumprir os objetivos previstos para 2009, o desempenho da CEG no ano foi positivo. Os indicadores presentes neste Informe demonstram os benefícios gerados por um modelo de gestão voltado para a criação de valor econômico, ambiental e social em toda a área de concessão.

Dos 131 milhões investidos no ano, R\$ 23,6 milhões foram destinados ao projeto de expansão comercial, e houve um incremento líquido de mais de 11 mil clientes. A Companhia se empenhou na busca da excelência no relacionamento com clientes, o que impactou positivamente o índice de satisfação – 87% – e fez cair em 25% o número de reclamações.

O lucro líquido de R\$ 226,7 milhões registrou valor R\$ 95,6 milhões superior ao do alcançado em 2008. O lucro bruto cresceu 26,77%, e o lucro operacional superou o do ano anterior em R\$ 142,8 milhões.

Fechando o ano com o total de 746.739 clientes, a CEG contabiliza 182.352 novas economias desde sua privatização, em 1997. Esse crescimento se deveu à expansão de mais de 1.600 km de novas redes, o que levou a Companhia a fechar o ano com um total de 3.849 km.

Em 2009, foram concluídas as obras de construção de 17,2 km de rede, o que possibilitará aumentar a oferta de gás em 200 mil metros cúbicos/dia. Sempre empenhada na busca por segurança, a CEG substituiu 49.800 metros de rede e 1.833 ramais, obtendo os melhores índices de sua história, medidos de acordo com referências internacionais. O ano transcorreu sem acidentes relevantes, tanto no contexto da segurança laboral quanto no da segurança industrial.

Apesar da retração ocorrida em 2009 na indústria e no consumo das térmicas – que, por conta de condições hidrológicas favoráveis, reduziram o uso do gás natural – no segundo semestre do ano, a Companhia recuperou parte das vendas para esses segmentos.

O mercado de GNV, que também estava em queda, começou a se recuperar, registrando crescimento de 6% no último trimestre do ano. O número de conversões de veículos somente no Rio de Janeiro subiu de 2.300/mês, no primeiro semestre de 2009, para 5.400/mês, em novembro/09.

Mas crescer apenas não basta. Queremos fazê-lo com base em princípios sustentáveis, com atenção e cuidado ao entorno em que desenvolvemos nossa atividade.

No caso da CEG, situada na região onde irão se realizar as Olimpíadas em 2016, estão sendo implantados projetos de acordo com os critérios firmados pelo Brasil e Espanha, no Protocolo de Quioto. Desta forma, a Companhia incorpora qualidade e tecnologia às questões de segurança, associadas à melhoria ambiental. Ao longo de 2009, a CEG ainda criou diversos programas de Meio Ambiente, entre os quais o de Responsabilidades e Agentes Ambientais, que promoveu ações de conscientização para preservação do planeta.

A Companhia também esteve presente nos projetos sociais e culturais do Rio de Janeiro – continuou com seu programa de apoio a creches, existente desde 2001 – assim como valorizou, internamente, o relacionamento com seus colaboradores.

Voltada para o público interno, foi criada uma série de atividades visando a melhoria do clima laboral. Foram implantados os programas Diagonal, Equilibra, Gentileza, todos de caráter interativo, buscando promover maior conscientização no campo da cidadania e também gerar satisfação e integração das pessoas na empresa.

Vale destacar a ampliação do Programa Bolsa de Estudos, através de parceria com a Universidade Santa Úrsula, que viabilizou a realização do curso de Pós-Graduação em Engenharia – Utilização e Distribuição de Gás Natural. Este foi o único curso de especialização do Rio de Janeiro voltado exclusivamente para o negócio da empresa, e 187 bolsas já foram concedidas aos empregados.

Por tudo que foi realizado em 2009, temos certeza de que a CEG está preparada para enfrentar todos os desafios que fazem tão vibrante o mercado de gás no Brasil. Com eficiência e sob a orientação e expertise do Grupo Gas Natural – agora ampliada após a incorporação com a União Fenosa – a Companhia está pronta para o futuro. Este mérito deve-se à dedicação e empenho de suas equipes, a quem agradecemos sinceramente pela colaboração.

Agradecemos também ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob o comando do Governador Sérgio Cabral, pela parceria e suporte recebidos ao longo do ano, e aos senhores acionistas, pela confiança emprestada à nossa gestão.

Muito obrigado



Bruno Armbrust
Presidente da Gas Natural Fenosa - Brasil



Antoni Almela Casanova
Country Manager da Gas Natural Fenosa - Brasil



3. Composição da Administração



Conselho de Administração

Sergio Aranda Moreno
Presidente

Bruno Armbrust
Antoni Almela Casanova
Francisco de Paula Lluch Rovira
Ramón Linares Morera
Salvador Peñarrubia Sánchez
Ewald Possolo Correa da Veiga
Maria Carmen Westerlund Montera
José Pais Rangel

Diretoria

Bruno Armbrust
Diretor Presidente

Antoni Almela Casanova
Diretor Geral

Kátia Valverde Junqueira
Diretora de Serviços Jurídicos

Angel Benedi Valle
Diretor de Estudos e Regulação

Eduardo Cardenal Rivera
Diretor Comercial

Jordi Gutierrez Oliver
Diretor de Serviços Compartilhados

Jose Maria Margalef Badenas
Diretor Técnico

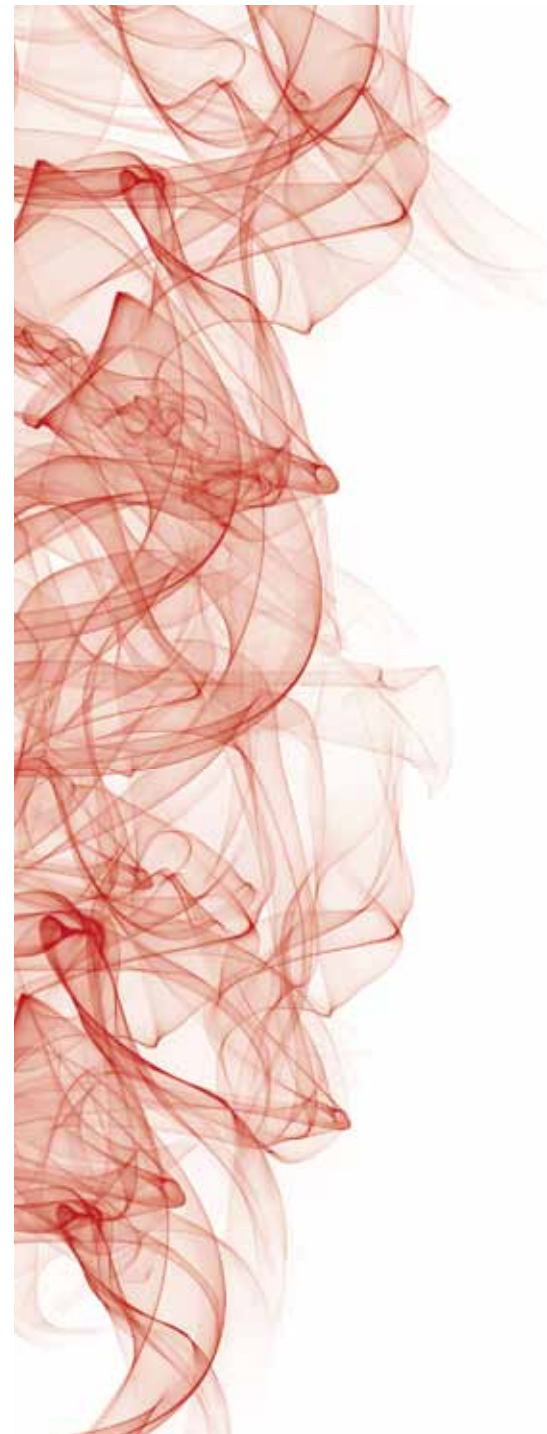
Katia Brito Repsold
Diretora de Serviço ao Cliente

Fernando Cezar dos Santos Camilo
Diretor de Recursos Humanos

Diego Fernando Grimaldos Franco
Diretor Econômico Financeiro e de Rel. com Investidores



4. Cenário Macroeconômico e Indústria do Gás



Apesar da recuperação da economia, a partir do segundo semestre de 2009, o ano foi fortemente impactado pela crise econômica mundial, iniciada no segundo semestre de 2008. Esse cenário gerou recuo da atividade industrial em todo o país, (-5,5%), influenciada pela queda do dinamismo dos produtos tipicamente de exportação, particularmente as *commodities* (minérios de ferro e produtos siderúrgicos), e pelo forte ajuste na produção de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e de máquinas e equipamentos.

Outro aspecto relevante foi a queda dos preços das *commodities*, com destaque para o Petróleo, que depois de ter atingido em 2008 o recorde de US\$ 146/barril, ficou cotado em US\$ 62,04 na média do ano.

As tensões financeiras e econômicas nunca vividas no mundo moderno globalizado impactaram fortemente no resultado do PIB brasileiro que fechou o ano de 2009 em 0,2%. Apesar desta redução frente a 2008, quando o país crescera 5,1%, o Brasil foi indiscutivelmente um dos países menos afetados pela crise, ratificando o fortalecimento e a consolidação de seus fundamentos econômicos.

O volume diário de gás natural consumido em 2009 foi de 36,7 milhões de metros cúbicos, 26% abaixo de 2008. Esta redução foi provocada pela menor atividade industrial e pela situação hidrológica favorável, que tornou desnecessário o uso intensivo do insumo nas termelétricas.

O setor industrial, fortemente afetado pelo freio na atividade econômica e pela falta de crédito para financiar novos projetos, registrou queda de 5,5% em 2009, a primeira retração desde 2001 (-0,6%) que foi o ano do racionamento de energia. O nível de investimentos para o setor apresentou recuo de 9,9%. Apesar desta redução, as distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas não abastecidas. O mercado brasileiro encerrou o ano com 18.153,2 km de rede de distribuição, e o número de clientes de gás natural chegou a 1 milhão e 740 mil.

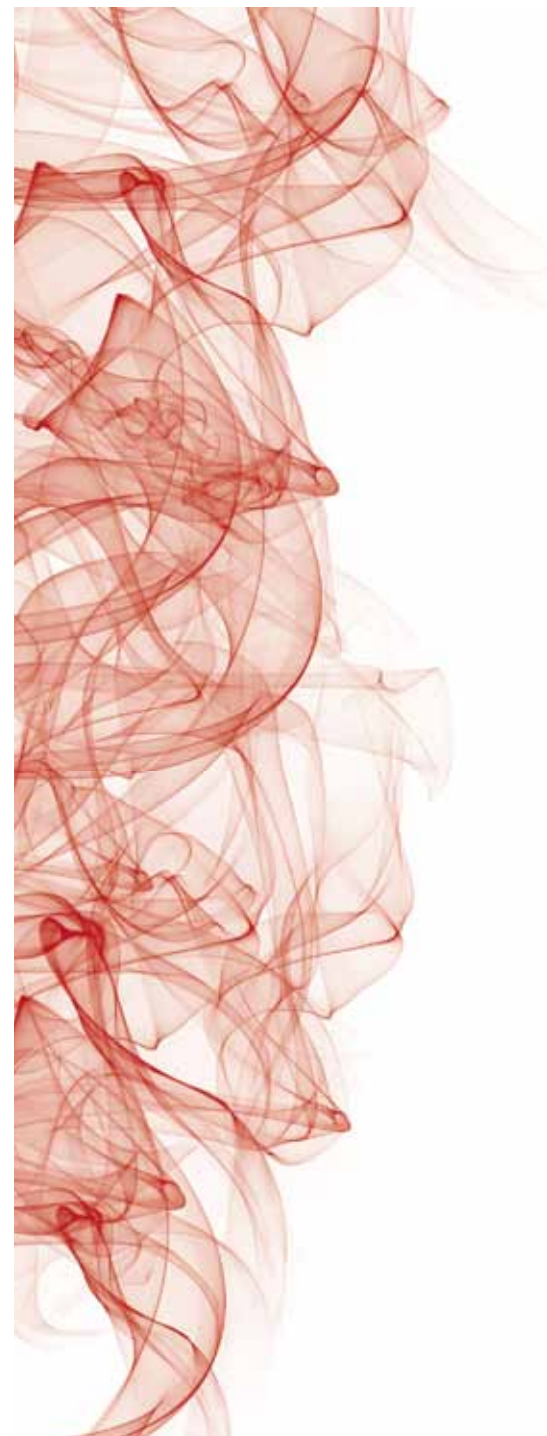
Adicionalmente, o país apresentou ótimas perspectivas de crescimento da oferta de gás natural a partir da entrada em operação de novos gasodutos e os projetos de importação de gás natural liquefeito (GNL) – sendo um em Pecém (CE) e outro na Baía de Guanabara (RJ). O primeiro com capacidade projetada de 7 milhões de metros cúbicos/dia e o segundo com capacidade que deve variar entre 14 e 22 milhões de metros cúbicos/dia.

As descobertas dos três primeiros campos do pré-sal – Tupi, Iara e Parque das Baleias – também reforçaram as perspectivas de oferta futura do produto no mercado interno.

A aprovação da Lei do Gás, ainda que pendente de aprovação, estabeleceu novo marco regulatório e modernizou e atualizou as regras para transporte, exploração, estocagem, processamento, liquefação, regaseificação e comercialização do gás natural no Brasil. A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás.



5. Atividade Comercial

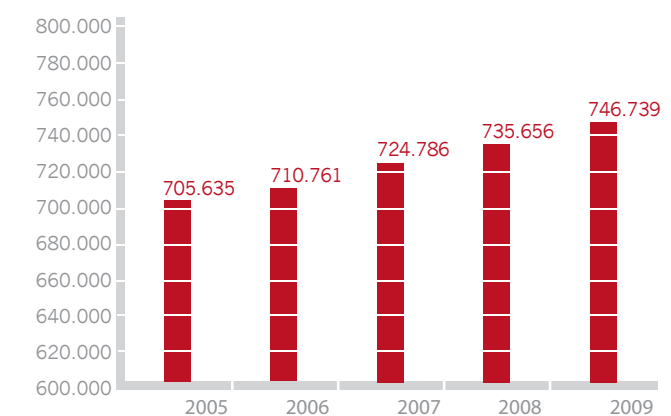


Em 2009, a CEG alcançou 746.739 clientes, totalizando um incremento líquido de 11.083 usuários atendidos em toda área de concessão, o que representa um aumento de 2% em comparação com o exercício anterior. Com isso, a Companhia contabiliza um total de 182.352 novos clientes desde a privatização, em 1997. Tal crescimento foi possível a partir da expansão de mais de 1.600 km de novas redes, o que fez com que a Companhia fechasse o ano com um total de 3.849 km.

Número de Clientes	Real 2009	Real 2008	Varição (%)
Residencial	735.475	724.393	2,0
Comercial	10.509	10.507	-
Industrial Firme	332	346	- 4,0
Geração Elétrica	2	3	- 33,0
Postos de GNV	421	407	3,0
Total	746.739	735.656	2%

A atividade comercial foi realizada em 16 municípios. Nesses municípios, o total de clientes chegou a 746.739, sendo 735.475 no segmento residencial, dos quais 24.549 somente em Niterói. No segmento pequeno comércio, o total de clientes foi de 10.215, e no grande comércio, 294. No segmento industrial, 332 clientes, e 421 no de GNV, onde, depois do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e São Gonçalo são os municípios com o maior número de clientes, 28 cada um.

Evolução do número de clientes a partir de 2005



5.1 Vendas Convencionais

A queda média no conjunto das Distribuidoras de gás de todo o país foi de 11,6% no mercado convencional. Houve uma importante recuperação no segundo semestre, sendo que as vendas médias, Brasil, no quarto trimestre terminaram em -2,5% em relação a 2008.

A CEG registrou redução do volume de vendas para o mercado residencial e comercial de 4% e 6%, respectivamente, em função da conjuntura econômica e do inverno atípico ocorrido no ano, que registrou maior temperatura, chegando em média a 35°C. Com elevação das temperaturas houve menor uso de equipamentos para aquecimento de água.

No mercado de GNV o volume de vendas foi 7% inferior em função da baixa competitividade frente ao álcool, principalmente no final do 1º trimestre, porém foi recuperado no último trimestre.

Com o objetivo de recuperar o nível de vendas de gás para o mercado de gás natural veicular (GNV) e visando fomentar o número de conversões, foram realizadas duas campanhas publicitárias na mídia, em duas fases. A primeira fase da campanha buscou esclarecer as vantagens econômicas e ambientais do gás natural veicular em relação aos outros combustíveis. A segunda fase da campanha, realizada no final do ano, também teve o intuito de estimular as conversões destacando aos usuários o benefício fiscal obtido pela redução do IPVA.

O resultado de todo esse esforço de comunicação foi um aumento de 64% no número de conversões se comparado o mesmo período de 2009 frente a 2008 (julho a novembro), no Estado do Rio de Janeiro.

A frota de veículos convertidos no Rio de Janeiro, em 2009, representa 45% da frota nacional, o que demonstra um aumento de 2% nas conversões, frente a 2008.

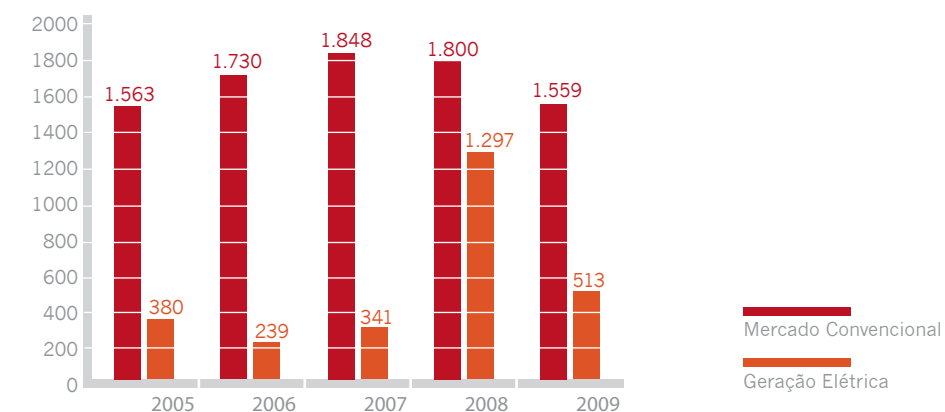
No segmento industrial, a redução das vendas foi provocada pelo efeito da crise mundial, que foi amenizada no segundo semestre com a participação da CEG nos leilões de gás natural realizados pela Petrobras. Já no último trimestre de 2009 observa-se uma recuperação de 26% relativa às vendas decorrentes dos leilões de gás natural. O resultado também foi impactado pelo atraso na entrada em operação de novas indústrias.

Vendas (Gwh)	2009	2008	Varição (%)
Residencial	1.213	1.263	4,0
Comercial	807	856	6,0
Industrial	6.243	8.084	23,0
Postos de GNV	8.772	9.465	7,0
Total do Mercado Convencional	17.035	19.668	13,0
Geração Elétrica	5.605	14.172	61,0
Total	22.640	33.840	33,0

5.2 Vendas Geração Elétrica

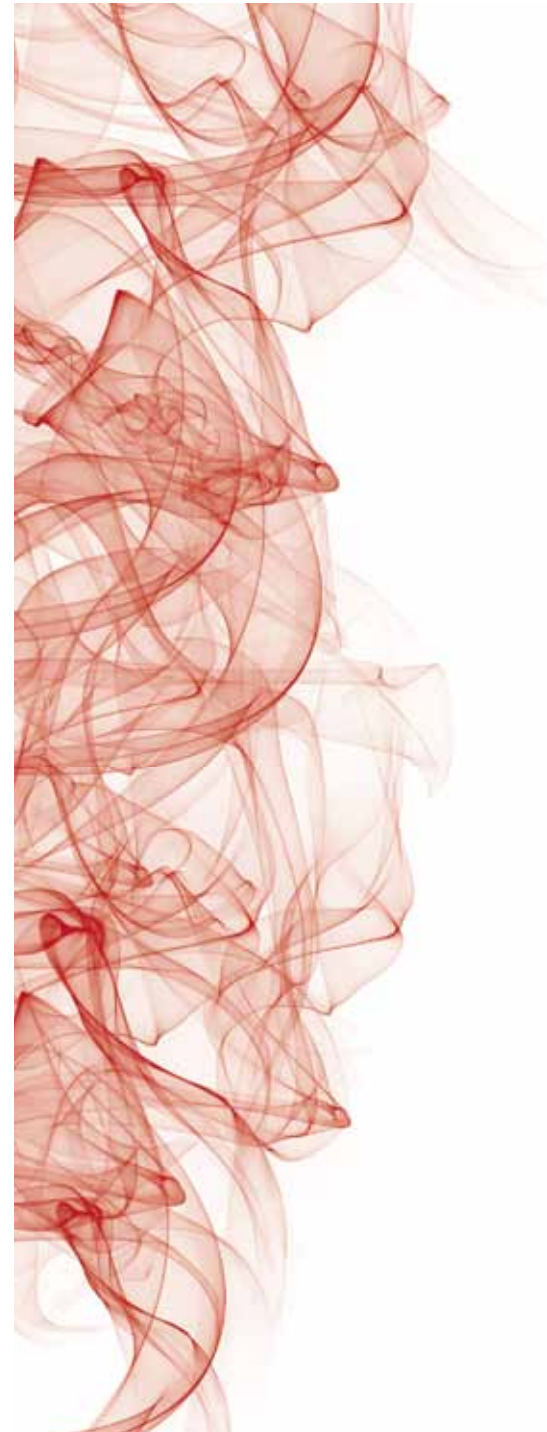
O volume total de vendas também foi afetado pela redução das vendas no setor de geração elétrica, que caiu em 61% em comparação com o ano anterior. Este resultado se deve aos impactos da crise mundial que afetou o ano de 2009.

Evolução do volume de vendas





6. Serviço a Clientes



Na busca pela excelência no relacionamento com os clientes, a CEG realizou inúmeras ações que tiveram impacto positivo no índice de satisfação. A Companhia registrou queda de 25% no número de reclamações e redução de 28% nos casos registrados através de Juizados Especiais. Em contrapartida houve crescimento de 127% de elogios recebidos e, conseqüentemente, retenção de 48,5% dos clientes contatados como resultado das medidas de fidelização.

Para isso a empresa intensificou contatos e criou canais de diálogo com associações de moradores, representantes de condomínios e órgãos de defesa do consumidor. Também desenvolveu campanhas, para conscientização sobre a importância do cumprimento das condições de segurança e uso correto do gás natural em parceria com personalidades cariocas.

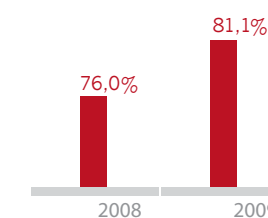
Com o apoio do governo do Estado foram inaugurados três novos pontos de atendimento: Central do Brasil, Shopping Bangu e Shopping Grande Rio, em São João de Meriti. Além do *Call Center* e Agências, foi ampliada a prestação de serviços on-line, sendo a web mais um canal de relacionamento disponível para os clientes.

O novo projeto de Roteirização deu maior flexibilidade na escolha das datas de vencimentos das faturas de gás, e o de Leitura Facilitada deu ao cliente a opção de informar os dados de seu medidor diretamente para a empresa, por telefone ou por e-mail. Outro novo serviço foi a criação, no site da CEG, de um simulador que permite que o cliente compreenda melhor o processo de faturamento e, desta forma, planeje seu consumo.

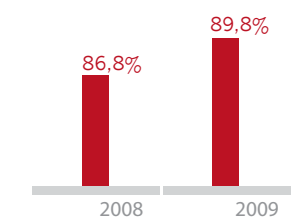
Índice Global de Satisfação de Clientes

	2009 (%)	2008 (%)	Varição (%)
Global CEG	87,4	88,1	-1,0
Reclamações	42,9	48,4	-13,0
Call Center CEG	81,1	76,0	6,0
Agências CEG	89,8	86,8	3,0

Call Center CEG

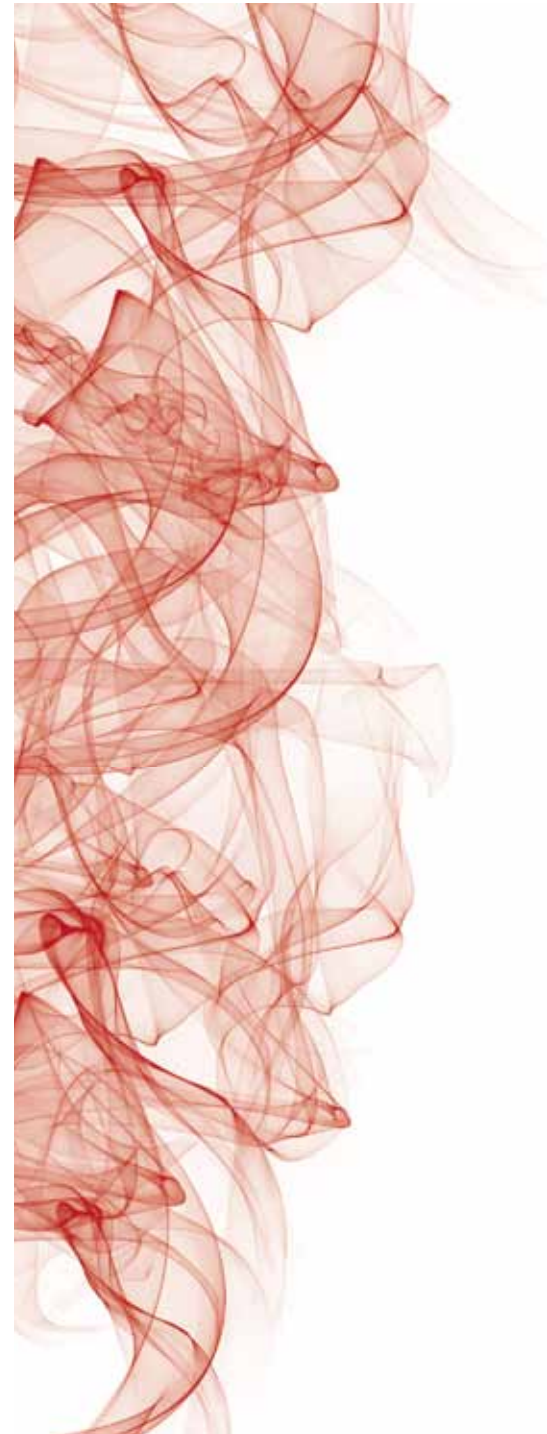


Agências CEG





7 ■ Atividade Técnica



Em 2009 foram concluídas as obras de reforço do sistema AP-12 da Zona Oeste, Projeto Novas Fontes 3, totalizando o assentamento de 17,2 km de tubos de aço, aumentando a capacidade de distribuição em 200 mil metros cúbicos por dia, possibilitando assim o abastecimento de indústrias, postos de GNV, e clientes residenciais e comerciais locais.

Com o objetivo de aumentar a confiabilidade e segurança na rede de distribuição da CEG, foram instalados equipamentos de monitoramento em 4 pontos de entrega de gás natural da Petrobras. Desta forma, o Centro de Controle monitora os sinais de pressão, vazão, temperatura e poder calorífico superior da Transportadora.

Através do programa de renovação das redes de distribuição antigas da cidade de Rio de Janeiro – que em 2009 recebeu investimentos de R\$ 33,7 milhões – foram substituídos 49.833 metros de rede e 1.833 ramais, além de outros 32.016 metros adicionais de redes antigas de ferro fundido, que também receberam tratamento. O aumento do ritmo de renovação da tubulação na cidade a partir de 2008 reflete o compromisso da CEG de elevar a segurança da sua rede de distribuição.

Em todo esse trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da CEG. A Companhia continuou mantendo os melhores índices de segurança da sua história, com valorações muito positivas, medidas de acordo com referências internacionais e dentro dos objetivos marcados no início do ano pelo Grupo Gas Natural. O ano transcorreu sem acidentes relevantes, tanto no contexto da segurança laboral como no da segurança industrial em matéria de distribuição e de utilização.

Período	Renovação da Rede (extensão em metros)	Aplicação de líquido selante (em metros)	Substituição de ramal completo (Nº de ramais)	Troca de válvula de ramal (Nº de válvulas)
2009	49.833	32.016	1.833	0
Total (de 1997 a 2009)	665.142	187.557	31.953	50.023

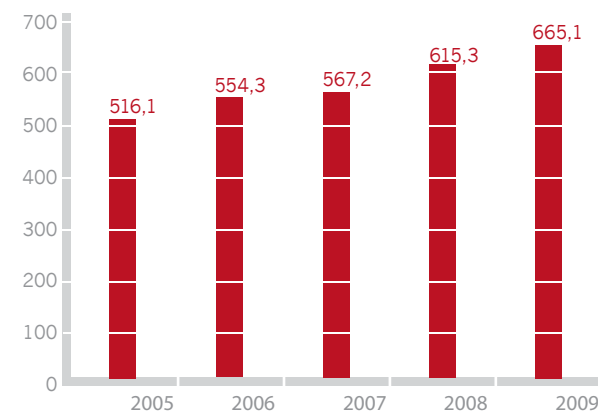
7.1 Recursos Investidos

O valor dos recursos investidos em 2009 chegou a R\$ 131 milhões. Desse total, R\$ 23.6 milhões foram destinados ao projeto de expansão comercial, principalmente na saturação de mercados com zonas já consolidadas.

No programa de conservação e renovação das redes de gás foram aplicados mais de R\$ 58 milhões.

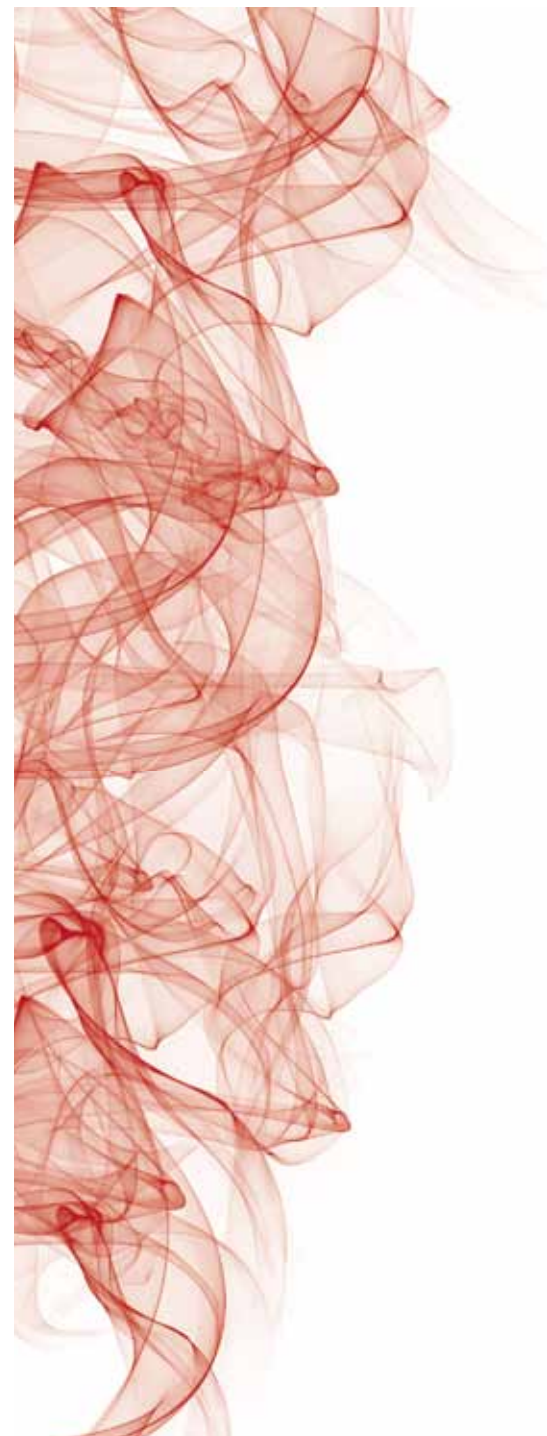
Outros 32.016 metros de ferro fundido foram tratados. Um total de 1.833 ramais que fornecem gás canalizado aos consumidores foram substituídos. Com isso, a Companhia já contabiliza um total de mais de 665.142 metros de redes renovados no período pós-privatização.

Renovação das redes nos últimos 5 anos (km)





8 Sumário Financeiro



Receita Líquida

As receitas líquidas da Companhia apresentaram uma diminuição de 11,63% referente ao ano anterior, atingindo um total de R\$ 1,8 bilhão. Esta redução é um reflexo principalmente da queda da atividade industrial observada em 2009, resultante da crise econômica mundial ocorrida no período.

Lucro Bruto

O lucro bruto foi de R\$ 714,4 milhões, superando em 26,77% o resultado obtido no ano de 2008, o que representa uma margem bruta de 40,05%, superior em 12 pontos percentuais ao apresentado no ano anterior.

Resultado Financeiro

O ano esteve ainda impactado pela crise financeira iniciada no último trimestre de 2008, o que influenciou a política monetária implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que reduziu a taxa básica de juros (Selic).

Esse efeito, combinado com a redução da dívida da Companhia em 2009, teve impacto imediato nos gastos, e o resultado financeiro, que em 2008 foi de R\$ 88,4 milhões, chegou a R\$ 72,9 milhões, representando uma queda de 17,5%.

Lucro Operacional

O lucro operacional de 2009 foi de R\$ 328,6 milhões, superando o do ano anterior em R\$ 142,8 milhões.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício fechou em R\$ 226,7 milhões, número que supera o alcançado no período anterior em R\$ 95,6 milhões, e que equivale a um aumento de 72,97%, reflexo combinado da aplicação do IGPM (11,88%) e da Revisão Tarifária (11,32%) para o período de 2008 a 2012.

Conta de Resultados (R\$ milhões)	2009	2008	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	1.783,7	2.018,5	11,6
Lucro bruto	714,4	563,5	26,8
Lajida (Ebitda)	506,8	372,7	35,9
Lucro operacional	328,6	185,8	76,8
Lucro líquido do exercício	226,7	131,0	72,9

Lajida (Ebitda)

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 506,8 milhões do ano supera em 35,98% o obtido em 2008, resultado da redução de custos operativos e aumento da margem de gás. Este resultado demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete no crescimento médio anual do Lajida em 30,0% nos últimos cinco anos.

	2009	2008	Varição (%)
Lajida (R\$ milhões)	506,8	372,7	35,9
Lucro antes do resultado financeiro	401,5	274,2	46,4
Depreciação e amortização	97,6	91,0	7,3
Perdas e Recuperação de Créditos	7,7	7,5	2,6

8.1 Remuneração aos acionistas

De forma a permitir uma solução de continuidade do programa de investimentos da Companhia e visando não sobrecarregar a sua estrutura de capital, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$ 107,7 milhões, sendo R\$ 32,5 milhões a título de juros sobre o capital próprio, já aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas (realizada no dia 28/12/09), e R\$ 75,2 milhões sob a forma de dividendos. Esses valores somados representam 50% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. Os restantes 50% servirão como reservas para os futuros investimentos a serem realizados.

Esta proposta será apreciada na próxima Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada no mês de abril de 2010.

8.2 Financiamentos

Visando estruturar o financiamento dos recursos necessários à realização dos seus investimentos, as ações da empresa durante o ano foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

Seguindo o planejamento estabelecido, a CEG recebeu financiamento de R\$ 38,8 milhões, referente aos investimentos realizados no último trimestre do ano de 2008 e primeiro semestre do ano de 2009. Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação comercial e substituição da rede de distribuição de gás natural em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os valores recebidos foram aprovados nas seguintes condições: prazo de 96 meses, com custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A política de buscar créditos, preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2010, a Companhia tem como meta manter a busca contínua das melhores condições de financiamento.

8.3 Acionistas

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG S.A.	35,26
Gas Natural SDG S.A.	18,90
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,77
Pluspetrol Energy Sociedad Anónima	2,26
Demais acionistas	0,25
Total	100

8.4 Panorama Tributário

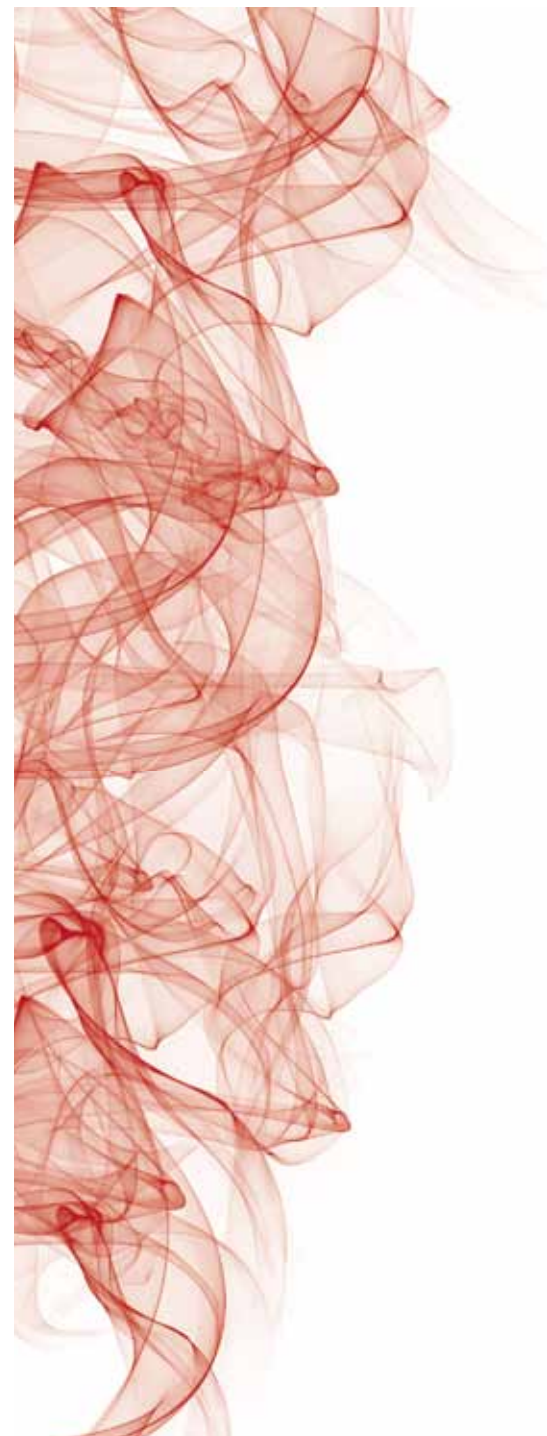
O Grupo Gas Natural Brasil, cumprindo a obrigatoriedade legal de acordo o Decreto 6.022/2007 que instituiu o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital –, mantém em funcionamento os três subprojetos:

- ECD – Escrituração Contábil Digital – entregue em junho de 2009, referente ao exercício de 2008
- EFD – Escrituração Fiscal Digital – entrega mensal a partir 1º de maio de 2009.
- NF-e – Nota Fiscal Eletrônica – emitida desde abril de 2009, substituindo as Notas Fiscais de Circulação de Mercadorias e de GNV. Já está sendo preparada para emissão outros mercados de venda de gás.

Com esses projetos implantados, o Grupo Gas Natural Brasil mantém-se em conformidade com a Legislação Fiscal brasileira, minimizando riscos tributários para o Grupo.



9 ■ Responsabilidade Social Corporativa



Público Interno

A CEG inaugurou uma nova fase de relacionamento com o público interno, por meio da implantação de uma série de programas voltados para treinar, desenvolver e reconhecer seus colaboradores. Foram ações destinadas à melhoria da comunicação interna, à promoção de um entorno de trabalho motivador e à geração de oportunidades de desenvolvimento para todos os seus profissionais.

Principais Indicadores

Quadro de Pessoal. Número de empregados	434
Homens/Mulheres (%)	65 / 35
Total de diretivos*	23
Mulheres em postos diretivos	5
Gastos de Pessoal (R\$)	68.624.666
Horas de treinamento por empregado	59
Investimento em formação anual (R\$)	569.080

*Diretores e gerentes

A Companhia realizou várias atividades voltadas para melhorar o clima laboral, desenvolver e reconhecer seus colaboradores. Com o objetivo de tornar a comunicação com seus funcionários e colaboradores mais fluida, transparente, próxima e permanente, foi lançado o Dialogar – plano de comunicação integrada. Com a participação dos funcionários, puderam ser identificados pontos de melhoria e criados novos canais de comunicação.

Com o objetivo de fomentar a proximidade com a Direção e facilitar a troca de informações e comunicação da Diretoria com os empregados, foi implementado o projeto “Café da manhã com a Direção”. Esta ação possibilitou a construção de um foro de intercâmbio de opiniões sobre temas de interesse do público interno.

Na busca por conseguir cada vez mais o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e financeira, foi lançado o Programa Equilibra, voltado para a Qualidade de Vida. Este programa está dividido em grandes grupos de ações tais como: Cultura, Finanças, Energia, Celebração, Saúde e Família.

dialogar^D



equilibra
INSPIRE E REALIZE

Visando criar um instrumento que proporcione maior conscientização das pessoas no campo da cidadania e proporcionar maior integração das pessoas na empresa, a Companhia lançou o seu programa de voluntariado, cujo nome foi escolhido pelos próprios funcionários. Por meio de processo de votação, 280 elegeram o nome gentileza.



Através do Programa de Reconhecimento do Empregado, a empresa vem valorizando as equipes e profissionais de alta performance.

Oportunidades de Desenvolvimento

O **programa de Recrutamento Interno** criou uma série de oportunidades de desenvolvimento. Do total de vagas oferecidas pela organização, 69% foram preenchidas internamente.

Também foram investidos R\$ 569 mil em 34.470 horas de **capacitação**, sendo 26% de Formação Técnica, 16% de Idiomas, 13% de Formação em Gestão e 12% de Formação Comercial. Por meio do sistema corporativo utilizado pelo Grupo Gas Natural na capacitação à distância (Plataforma ACERCA), foram realizadas 197 horas de treinamento on-line.

Através do **Programa de Avaliação de Desempenho**, a CEG conseguiu identificar o potencial de contribuição e os aspectos que necessitam ser desenvolvidos em seus colaboradores.

O **Programa Bolsa de Estudos** foi ampliado por meio de parceria com a Universidade Santa Úrsula, que viabilizou a realização do curso de **Pós-Graduação em Engenharia – Utilização e Distribuição de Gás Natural**. Trata-se do único curso de especialização do Rio de Janeiro voltado exclusivamente para o negócio da empresa. Desde o início do programa em 1999, 187 bolsas já foram concedidas aos empregados.

No **Programa de Estágio**, a CEG contou, em média, durante o ano de 2009, com 33 estagiários, tendo um nível de aproveitamento de 42% e investimentos de R\$ 414.203.

O **Programa Jovem Aprendiz**, em parceria com o SENAI/RJ, preparou jovens de 14 a 21 anos nos cursos de Encanador Gasista Predial.

Políticas de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia contou, no ano de 2009, com 17 tipos de benefícios entre os quais destacam-se: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Auxílio-Creche, Auxílio-Excepcional, Vale-Refeição, Cesta Básica e Empréstimo Emergencial.

Flexibilidade

Na CEG, a jornada de trabalho, exceto para os empregados de serviços essenciais, realiza-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Os empregados podem chegar à Empresa até 1 hora depois do horário estabelecido em seu contrato de trabalho, devendo compensar no horário de saída.

Em todos os feriados que ocorrem às terças e quintas-feiras, os empregados são dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela Empresa.

PLR

Foi estabelecido um Programa de Participação nos Lucros e Resultados para os empregados da empresa cobertos pelo Acordo Coletivo de Trabalho, para o exercício-base de 2009, levando em conta alguns critérios e objetivos para obtenção de metas-base:

- (a) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social;
- (b) acréscimo do número anual de clientes;
- (c) redução do índice de absenteísmo; e
- (d) índice satisfação global dos clientes.

Relacionamento com a Sociedade

A CEG buscou dar uma contribuição positiva para a sociedade, por meio do apoio a uma série de iniciativas sociais, culturais e de meio ambiente.

Social

O programa de apoio a creches de comunidades carentes, iniciado em 2001, beneficiou 166 crianças e famílias, proporcionando alimentação e assistência médica para 53 crianças de 2 a 6 anos da Creche Adulão, 84 da Creche Shangri-lá; e 29 do Abrigo Arco-íris.

A empresa também deu apoio à creche local da Cidade de Deus.



Programa de apoio a creches beneficiou 166 crianças

Cultural

No ambiente cultural, a Companhia realizou uma série de projetos voltados para promoção e preservação da cultura, com destaque para: Festival Rio de Cinema, Festival Vale do Café, Rio Show Gastronomia, além de outros.

Meio Ambiente

Entre os projetos ambientais que receberam apoio, destaca-se “Atletas do Meio Ambiente”, uma das iniciativas desenvolvidas pela CEG. Trata-se de um programa de formação integral, no qual dezenas de adolescentes atuam como agentes comunitários, multiplicadores de conhecimentos em suas comunidades, disseminando ações de preservação e cuidado com o meio ambiente.

A empresa também criou diversos programas de Meio Ambiente, com destaque para os programas de Responsabilidade Ambiental e de Agentes Ambientais, que promoveram ações de Conscientização Ambiental, como a Campanha de descarte de cartuchos, toners, pilhas e baterias, a Semana do Meio Ambiente e o Dia do Combate à Poluição.



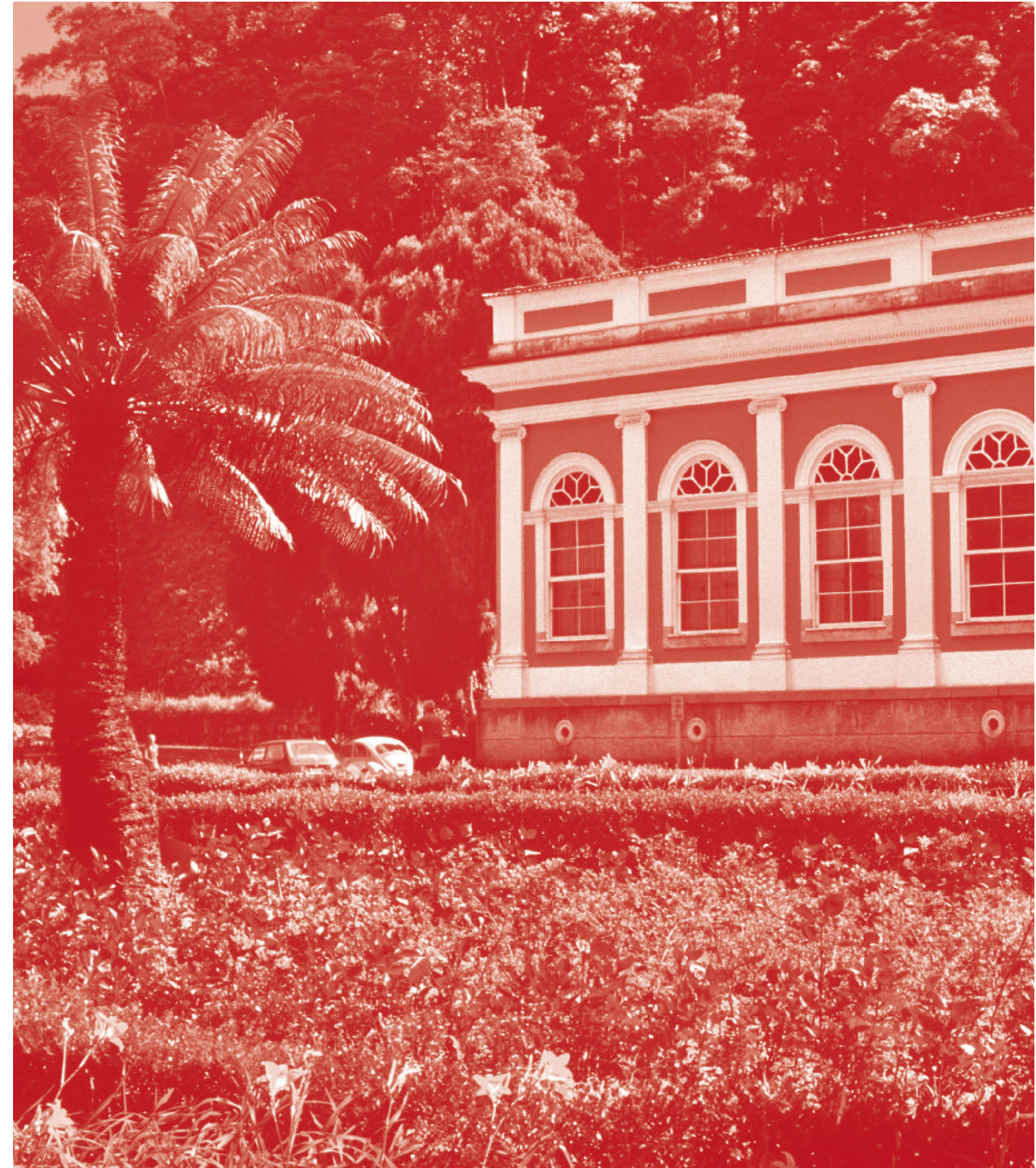
Projetos buscaram dar uma contribuição positiva para a sociedade

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Única distribuidora de gás natural a ter projetos de MDL registrados no Brasil, a CEG vem desenvolvendo seus programas de acordo com os critérios firmados pelo Brasil e Espanha no Protocolo de Quioto, buscando incorporar nestes as questões de segurança, qualidade e tecnologia, associadas à melhoria da condição climática em nosso planeta.

Até 2009, a Companhia evitou a emissão de cerca de 36.800 toneladas de CO₂ para atmosfera e ainda temos o potencial de evitar a emissão de mais 50.761 toneladas de CO₂ nos projetos que ela está desenvolvendo.

10. Demonstrações Financeiras



Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG

1 Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (a “Companhia”) em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG – em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2010.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Parecer do conselho fiscal

Aos Membros do Conselho Fiscal

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG, no uso de suas atribuições legais, e estatutárias, reunidos nesta data para a apreciação das Demonstrações Contábeis apresentadas pela empresa, referentes ao exercício findo em 31.12.2009, opinam, com base no trabalho de acompanhamento desenvolvido pelo Conselho Fiscal, nas informações prestadas pela administração da companhia, e após análise do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, emitido sem ressalvas, sobre as demonstrações financeiras de 2009, em recomendar à Assembleia Geral dos acionistas a apreciação dos mesmos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2010.

Renato Achutti

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Ailton Pinto Siqueira

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2009	2008
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	50.175	33.627
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	4.828	20.046
Contas a receber de clientes (Nota 6)	263.405	287.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.740)	(18.879)
Tributos a recuperar (Nota 7)	43.296	85.384
Ativos fiscais diferidos (Nota 8)	6.068	5.482
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	1.396	860
Adiantamentos a fornecedores	2.940	3.193
Créditos restituíveis (Nota 23.1)	27.641	-
Demais contas a receber	2.259	5.208
Estoques	1.273	3.827
Despesas antecipadas	2.575	3.512
	382.116	429.993
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.802	5.137
Contas a receber de clientes (Nota 6)	93.020	-
Ativos fiscais diferidos (Nota 8)	44.490	39.645
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	27.818	8.243
Empréstimos compulsórios	1.024	1.020
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 10)	(1.944)	(1.940)
Depósitos judiciais (Nota 11)	41.014	35.162
Outros realizáveis a longo prazo	3.487	5.998
	210.711	93.265
Investimentos	380	380
Imobilizado (Nota 12)	1.103.989	1.070.357
Intangível (Nota 13)	24.551	27.497
Diferido (Nota 14)	240.874	284.694
	1.369.794	1.382.928
	1.580.505	1.476.193
Total do ativo	1.962.621	1.906.186

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2009	2008
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	219.926	300.283
Fornecedores	194.346	233.655
Obrigações trabalhistas	6.332	7.377
Tributos a recolher (Nota 16)	127.285	78.333
Contas a pagar – assunção de dívida (Nota 17)	9.059	8.697
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 9)	1.559	3.664
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 18 – b)	107.687	59.766
Demais contas a pagar	2.396	1.941
	668.590	693.716
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	485.524	523.315
Contas a pagar – assunção de dívida (Nota 17)	43.548	47.742
Obrigações com o fundo de pensão (Nota 19)	65.110	61.316
Provisão para contingências (Nota 20)	45.639	49.079
Tributos a recolher (Nota 16)	2.980	-
Demais contas a pagar	1.113	69
	643.914	681.521
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	264.451	228.801
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	383.472	300.101
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(147)
	650.117	530.949
Total do passivo e patrimônio líquido	1.962.621	1.906.186

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2009	2008
Receita bruta de vendas e serviços (Nota 21)		
Venda de gás	2.180.038	2.415.340
Prestação de serviços	20.513	19.175
	2.200.551	2.434.515
Deduções da receita bruta	(416.861)	(415.972)
Receita líquida das vendas e dos serviços	1.783.690	2.018.543
	(1.069.266)	(1.454.996)
Lucro bruto	714.424	563.547
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal	72.386	62.344
Utilidades, materiais e serviços	22.220	10.615
Gerais e administrativas	96.591	113.839
Depreciação e amortização	97.562	90.955
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	4.306	(465)
Outras, líquidas	19.828	12.026
	312.893	289.314
Lucro operacional antes do resultado financeiro	401.531	274.233
Resultado financeiro (Nota 24)		
Receitas financeiras	96.960	94.060
Despesas financeiras	(169.902)	(182.478)
	(72.942)	(88.418)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	328.589	185.815
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16)		
Do exercício	(107.386)	(56.171)
Diferido	5.505	1.422
Lucro líquido do exercício	226.708	131.066
Quantidade de lotes de mil ações do capital social no final do exercício	51.927.546	51.927.546
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no final do exercício – R\$	4,3659	2,5240

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital – incentivos fiscais	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Expansão			
Em 31 de dezembro de 2007	195.514	2.194	25.138	236.950	-	-	459.796
Aumento de capital	33.287	-	-	(33.287)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(147)	-	(147)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	131.066	131.066
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	6.553	-	-	(6.553)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,5534 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(28.737)	(28.737)
Dividendos propostos (R\$ 0,5975 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(31.029)	(31.029)
Reserva de expansão	-	-	-	64.747	-	(64.747)	-
Em 31 de dezembro de 2008	228.801	2.194	31.691	268.410	(147)	-	530.949
Aumento de capital	35.650	-	-	(35.650)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	147	-	147
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	226.708	226.708
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	11.335	-	-	(11.335)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,6264 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(32.529)	(32.529)
Dividendos propostos (R\$ 1,4473 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(75.158)	(75.158)
Reserva de expansão	-	-	-	107.686	-	(107.686)	-
	-	-	43.026	340.446	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	264.451	2.194	383.472	-	-	-	650.117

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	328.589	185.815
Ajustes		
Depreciações e amortizações	97.562	90.955
Valor residual do imobilizado baixado	231	2.154
Lucro na venda do imobilizado	(1.127)	(718)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e contingências	71.687	128.167
	<u>168.353</u>	<u>220.558</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(74.014)	(85.193)
Tributos a recuperar e diferidos	63.577	(12.564)
Estoques	2.554	(1.434)
Outros ativos	798	(1.040)
Fornecedores	(56.767)	79.945
Obrigações trabalhistas	(1.045)	845
Tributos a recolher	(49.949)	5.266
Partes relacionadas	(2.641)	-
Outros passivos	1.460	(1.370)
	<u>(116.027)</u>	<u>(15.545)</u>
Caixa proveniente das operações	<u>380.915</u>	<u>390.828</u>
Juros pagos	(124.983)	(187.121)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(46.495)	(78.383)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	(3.933)	(3.433)
	<u>(175.411)</u>	<u>(268.937)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>205.504</u>	<u>121.891</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	18.553	(20.523)
Aquisições do ativo intangível	(4.726)	(4.853)
Aquisições do ativo imobilizado	(79.933)	(141.802)
Aquisições do ativo diferido	-	(31.673)
Venda de ativo imobilizado	1.127	718
	<u>(64.979)</u>	<u>(198.133)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(64.979)</u>	<u>(198.133)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(162.034)	(435.096)
Ingressos de empréstimo	93.889	588.883
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(55.832)	(52.371)
	<u>(123.977)</u>	<u>101.416</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	<u>(123.977)</u>	<u>101.416</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	16.548	25.174
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.627	8.453
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>50.175</u>	<u>33.627</u>
Transações que não envolvem caixa		
Créditos restituições (Nota 23.3)	<u>27.641</u>	-
Impostos e taxas sobre cobrança retroativa da revisão tarifária (Nota 23.3)	<u>10.183</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas		
Vendas de gás e de serviços	2.200.551	2.434.515
Outras receitas operacionais	1.223	1.819
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(7.689)	(7.498)
Não operacionais	1.218	717
	<u>2.195.303</u>	<u>2.429.553</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(1.069.266)	(1.454.996)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(372.888)	(429.409)
	<u>(1.442.154)</u>	<u>(1.884.405)</u>
Valor adicionado bruto	<u>753.149</u>	<u>545.148</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(97.562)	(90.955)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>655.587</u>	<u>454.193</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	96.960	94.060
Valor adicionado total a distribuir	<u>752.547</u>	<u>548.253</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	43.866	36.601
Benefícios	14.570	12.910
Honorários da diretoria	3.227	2.772
	<u>61.663</u>	<u>52.283</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	200.200	124.449
Estaduais	91.520	55.194
Municipais	1.500	1.564
	<u>293.220</u>	<u>181.207</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	169.902	182.478
Aluguéis	1.054	1.219
	<u>170.956</u>	<u>183.697</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	32.529	28.737
Dividendos propostos	75.158	31.029
Lucros retidos	119.021	71.300
	<u>226.708</u>	<u>131.066</u>
Valor adicionado distribuído	<u>752.547</u>	<u>548.253</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG – tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 3.1 a seguir.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis

(a) Lei nº 11.638/07 – Alteração da Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória – MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na lei 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*. A aplicação da referida Lei e MP foi obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(a) Instrumentos financeiros derivativos – a Companhia passou a registrar os instrumentos financeiros ao valor justo (vide Notas 15 e 22).

(b) Ajuste a valor presente – em 2008, o efeito foi considerado imaterial pela administração da Companhia e, portanto, não foi reconhecido. Em 2009, contas a receber de clientes registrados no curto e no longo prazos foram ajustadas a valor presente no montante de R\$ 28.877 (Nota 23.3).

(c) Ativo diferido – a Companhia optou pela manutenção do saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 até sua completa amortização. A partir de 2009, os gastos de natureza de ativo diferido estão sendo lançados no resultado do exercício, e em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R\$ 11.064.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos concedidos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, e perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida na resultado – é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 22.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos em certificados de depósito bancários – CDBs – de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor (Nota 4).

(d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(e) Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

(f) Ativos fiscais diferidos

Consistem em imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda – 25% e para a contribuição social – 9%.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(g) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 11).

(h) Conversão de moeda estrangeira

Os itens em moeda estrangeira incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são primariamente mensurados usando-se a moeda que melhor reflete a relevância e a essência econômica dos eventos e das circunstâncias subjacentes (“moeda de medição”). Nas demonstrações financeiras da Companhia, os itens em moeda estrangeira são apresentados em reais (R\$), que é a moeda de medição da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas a partir das moedas de medição usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de despesas e receitas financeiras.

(i) Imobilizado

Demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12. Terrenos não são depreciados.

Os custos dos juros sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os outros custos de empréstimos são tratados como despesas.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

(j) Ativos intangíveis

Referem-se, principalmente, a programas de computador (*softwares*) e gastos de infraestrutura (servidões de passagem).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do *software*. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 13).

(k) Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 14).

(l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Até o momento não foram identificadas evidências que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Companhia espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo por um contrato de seguros, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas somente quando esse reembolso é virtualmente certo, ou seja, é mais que provável que ocorra.

(n) Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 19).

(ii) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(iii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(o) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

(p) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(q) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(r) Dividendos e juros sobre capital próprio

Nos Termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares das ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados são contabilizados como despesa financeira. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

(s) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da venda de gás e serviços. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

3.1 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que entendemos poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- CPC 20 – Custos de empréstimos
- CPC 21 – Demonstração intermediária
- CPC 22 – Informação por segmento
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- CPC 24 – Eventos subsequentes
- CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes
- CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 – Ativo imobilizado
- CPC 30 – Receitas
- CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- CPC 33 – Benefícios a empregados
- CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação

(b) Interpretações

- ICPC 01 – Contratos de concessão
- ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
- ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 10 – Esclarecimentos sobre os CPC 27

Os efeitos da aplicação das normas e interpretações de normas obrigatórias para os exercícios sociais a partir de 1º de janeiro de 2010 estão em processo de análise e mensuração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	16.844	33.627
Aplicação de liquidez imediata – CDB	33.331	-
	<u>50.175</u>	<u>33.627</u>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário – CDB – têm liquidez imediata e estão valorizados ao seu respectivo valor de mercado em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs		
Mantidos até o vencimento (Circulante)	<u>4.828</u>	<u>20.046</u>
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs		
Mantidos até o vencimento		
(Não circulante – realizável a longo prazo)	<u>1.802</u>	<u>5.137</u>

Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário – em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 100,5% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário –, com vencimento em até 27 de julho de 2011, valorizados à taxa efetiva do contrato em contrapartida ao resultado do exercício.

6. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Consumidores		
Do setor privado	344.004	275.117
Do setor público	8.672	8.609
	<u>352.676</u>	<u>283.726</u>
Vendas de equipamentos	<u>3.749</u>	<u>4.007</u>
	356.425	287.733
Circulante	<u>(263.405)</u>	<u>(287.733)</u>
Não circulante – Realizável a longo prazo (Nota 23.3)	<u>93.020</u>	<u>-</u>

Em 1º de janeiro de 2008, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 6,23% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, sendo o aumento do custo de aquisição do gás natural de 10,35%. Em 3 de abril, 1º de junho, 1º de julho, 1º de agosto, e 1º de novembro de 2008, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 5,53%, 8,67%, 19,25%, 6,76% e 6,22%, respectivamente.

Com o objetivo de cobrir o impacto da inflação de 11,88% ocorrido no período de 1º de dezembro de 2007 a 30 de novembro de 2008 as tarifas foram reajustadas em 1º de janeiro de 2009. Em fevereiro, maio, e novembro de 2009 ocorreram reduções do custo médio de aquisição do gás natural, diminuindo as tarifas nos referidos meses em 11,08%, 7,86% e 1,29% respectivamente. Adicionalmente, nos meses de junho e agosto de 2009 ocorreram aumentos de: 11,32% relativo à revisão tarifária (nota 23.3), e 2,22% pelo aumento do custo de aquisição do gás natural de produção nacional.

O saldo do contas a receber apresentou um crescimento de 23,87% em relação ao ano anterior como consequência, principalmente, do reconhecimento do saldo a receber, calculado a valor presente, decorrente da aplicação da retroatividade da revisão tarifária (nota 23.3), sendo R\$ 20.436 apresentados no curto prazo e R\$ 93.020 no longo prazo.

7. Tributos a recuperar

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda (a)	14.764	33.427
Contribuição social (a)	24.281	27.924
ICMS a recuperar (b)	30.717	30.479
Imposto de renda retido na fonte	975	357
Outros	377	1.440
	<u>71.114</u>	<u>93.627</u>
Circulante	<u>(43.296)</u>	<u>(85.384)</u>
Não circulante – Realizável a longo prazo	<u><u>27.818</u></u>	<u><u>8.243</u></u>

(a) Referem-se a antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social.

(b) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo imobilizado, sendo R\$ 2.900 (R\$ 7.082 em 31 de dezembro de 2008) com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 9.118 (R\$ 8.243 em 31 de dezembro de 2008) com expectativa a longo prazo, além de R\$ 18.700, classificados no longo prazo em 2009, (R\$ 15.154 em 31 de dezembro de 2008 – curto prazo) referentes basicamente a valores do imposto a recuperar por pagamento a maior em compras de gás provenientes do Espírito Santo e Mato Grosso.

Sobre os impostos pagos a maior no Espírito Santo e Mato Grosso, a Companhia já abriu processo administrativo e aguarda a sua conclusão. Por representarem pagamentos realizados a maior, não há possibilidade de perda do ativo.

8. Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos são compostos como segue:

	<u>2009</u>			<u>2008</u>		
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
Saldos no início do exercício	33.136	11.991	45.127	32.034	11.595	43.629
Diferenças temporárias	48.130	17.327	65.457	38.312	13.792	52.104
Realização de ativos diferidos por:						
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	<u>(44.158)</u>	<u>(15.868)</u>	<u>(60.026)</u>	<u>(37.210)</u>	<u>(13.396)</u>	<u>(50.606)</u>
Saldos no final do exercício	37.108	13.450	50.558	33.136	11.991	45.127
Circulante	<u>(4.461)</u>	<u>(1.607)</u>	<u>(6.068)</u>	<u>(4.031)</u>	<u>(1.451)</u>	<u>(5.482)</u>
Não circulante – Realizável a longo prazo	<u><u>32.647</u></u>	<u><u>11.843</u></u>	<u><u>44.490</u></u>	<u><u>29.105</u></u>	<u><u>10.540</u></u>	<u><u>39.645</u></u>

Os ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 referem-se a diferenças temporárias, sendo que as mesmas serão aproveitadas à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas. A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2009	-	5.482
2010	6.068	9.011
2011	10.111	9.010
2012	10.111	9.010
2013	10.111	9.010
2014	10.111	1.802
2015	2.023	1.802
2016	<u>2.023</u>	<u>-</u>
	<u><u>50.558</u></u>	<u><u>45.127</u></u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

9. Contas com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
Gas Natural SDG, S.A.	112	1.490	1	7.329
CEG Rio S.A.	1.105	-	9.474	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	49	-	572	14
Gás Natural Serviços S.A.	87	69	183	107
Gás Natural do Brasil S.A.	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>92</u>
Em 31 de dezembro de 2009	<u><u>1.396</u></u>	<u><u>1.559</u></u>	<u><u>10.241</u></u>	<u><u>7.542</u></u>
Em 31 de dezembro de 2008	<u><u>860</u></u>	<u><u>3.664</u></u>	<u><u>10.334</u></u>	<u><u>6.480</u></u>

Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, alugueis de *hardware* e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Salários e encargos	2.180	1.590
Honorários de diretoria	3.227	2.772
Participação nos lucros	422	268
Planos de aposentadoria e pensão	51	36
Outros benefícios	250	254
	<u>6.130</u>	<u>4.920</u>

10. Provisão para perdas sobre bens e direitos

	2009	2008
Empréstimo compulsório	1.024	1.020
Aplicação em incentivos fiscais	920	920
	<u>1.944</u>	<u>1.940</u>

11. Depósitos judiciais

	2009	2008
Trabalhista (a)	11.260	10.471
CIDE (b)	6.262	5.918
ICMS (c)	2.139	2.000
INSS (c)	13.175	12.212
Processo Administrativo – SRF (d)	4.717	4.309
Outros	3.461	252
	<u>41.014</u>	<u>35.162</u>

(a) Referem-se a ações trabalhistas demandadas por ex-empregados da Companhia e prestadores de serviços, incluindo nestas, responsabilidade subsidiária.

(b) Feitos a partir de 2003, referem-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE. Até 31 de dezembro de 2008, esse montante estava provisionado e registrado na rubrica de provisão para contingências. Em 2009 esta provisão foi revertida conforme descrito na Nota 20(a).

(c) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.

(d) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais – DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo através do depósito judicial de R\$ 3.580 para obtenção da Certidão Fiscal.

12. Imobilizado

	Edificações e obras civis		Instalações		Máquinas e equipamentos		Equipamentos de informática <i>hardware</i>		Móveis e utensílios		Veículos		Rede de gás		Outros		Total em operação		Imobilizado em andamento		Total		
Em 1º de janeiro de 2008	3.892	6.731	493	6.241	1.564	2.021	845.347	128	873.333	110.698	984.031												
Aquisição	-	-	-	598	377	2.998	17.259	235	23.103	118.699	141.802												
Baixa líquida	-	-	-	(1)	-	(85)	(1.085)	-	(1.299)	-	(1.299)												
Transferência para imobilizado em operação	-	-	-	-	20	-	89.919	296	90.235	(90.235)	-												
Depreciação	-	(449)	(55)	(1.581)	(352)	(780)	(37.369)	(160)	(42.824)	-	(42.824)												
Reclassificação para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.353)	(11.353)												
Em 31 de dezembro de 2008	3.892	6.282	438	5.932	1.589	4.111	914.071	499	942.548	127.809	1.070.357												
Custo total	3.892	28.720	9.914	85.126	7.603	8.335	1.285.528	1.008	1.449.089	127.809	1.576.898												
Depreciação acumulada	-	(22.438)	(9.476)	(79.194)	(6.014)	(4.224)	(371.457)	(509)	(506.541)	-	(506.541)												
Valor residual	3.892	6.282	438	5.932	1.589	4.111	914.071	499	942.548	127.809	1.070.357												
Em 1º de janeiro de 2009	3.892	6.282	438	5.932	1.589	4.111	914.071	499	942.548	127.809	1.070.357												
Aquisição	-	-	-	726	1.376	1.421	9.360	46	13.769	66.164	79.933												
Baixa líquida	-	(22)	-	-	-	(202)	(7)	-	(231)	-	(231)												
Transferência para imobilizado em operação	-	591	-	-	-	-	113.073	-	113.664	(113.664)	-												
Depreciação	-	(457)	(33)	(1.597)	(305)	(1.153)	(40.301)	(196)	(46.070)	-	(46.070)												
Em 31 de dezembro de 2009	3.892	6.394	405	5.061	2.660	4.177	996.196	349	1.023.680	80.309	1.103.989												
Custo total	3.892	29.289	9.914	85.852	8.979	9.554	1.407.954	1.054	1.576.291	80.309	1.656.600												
Depreciação acumulada	-	(22.895)	(9.509)	(80.791)	(6.319)	(5.377)	(411.758)	(705)	(552.611)	-	(552.611)												
Valor residual	3.892	6.394	405	5.061	2.660	4.177	996.196	349	1.023.680	80.309	1.103.989												
Taxas anuais de depreciação (%)		4	3,3 a 20	10 e 20	10	20	3,3	Diversas															

A rubrica "Imobilizado em Andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

13. Intangível

	Servidões de passagem	Software	Total em operação	Software em desen- volvimento	Total
Em 1º de janeiro de 2008	1.718	16.403	18.121	27	18.148
Aquisição	-	140	140	4.713	4.853
Baixa líquida	(86)	(769)	(855)	-	(855)
Transferência para imobilizado em operação	-	9.672	9.672	(9.672)	-
Amortização	(146)	(5.856)	(6.002)	-	(6.002)
Reclassificação de imobilizado	-	-	-	11.353	11.353
Em 31 de dezembro de 2008	1.486	19.590	21.076	6.421	27.497
Custo total	3.627	57.441	61.068	6.421	67.489
Amortização acumulada	(2.141)	(37.851)	(39.992)	-	(39.992)
Valor residual	1.486	19.590	21.076	6.421	27.497
Em 1º de janeiro de 2009	1.486	19.590	21.076	6.421	27.497
Aquisição	-	-	-	4.726	4.726
Transferência para imobilizado em operação	-	5.636	5.636	(5.636)	-
Amortização	(147)	(7.525)	(7.672)	-	(7.672)
Em 31 de dezembro de 2009	1.339	17.701	19.040	5.511	24.551
Custo total	3.627	63.077	66.704	5.511	72.215
Amortização acumulada	(2.288)	(45.376)	(47.664)	-	(47.664)
Valor residual	1.339	17.701	19.040	5.511	24.551
Taxas anuais de amortização (%)	5 e 6,7	20	-	-	-

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

14. Diferido

	Conversão	Captação de clientes	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2008	161.234	133.429	487	295.150
Aquisição	1.536	30.137	-	31.673
Amortização	(23.716)	(18.302)	(111)	(42.129)
Em 31 de dezembro de 2008	139.054	145.264	376	284.694
Custo total	237.630	200.856	1.109	439.595
Amortização acumulada	(98.576)	(55.592)	(733)	(154.901)
Valor residual	139.054	145.264	376	284.694
Em 1º de janeiro de 2009	139.054	145.264	376	284.694
Amortização	(23.617)	(20.092)	(111)	(43.820)
Em 31 de dezembro de 2009	115.437	125.172	265	240.874
Custo total	237.630	200.856	1.109	439.595
Amortização acumulada	(122.193)	(75.684)	(844)	(198.721)
Valor residual	115.437	125.172	265	240.874
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	-

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

15. Empréstimos e financiamentos

A Companhia tem como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de *swap* são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente.

A Companhia passou a registrar os efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros a partir de 2008, como previsto pelo CPC 14, regulamentada pela deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

	2009	2008
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	267.684	291.756
Linhas de crédito	437.431	507.962
	705.115	799.718
Instrumentos financeiros – derivativos		
<i>Swap</i> (curva)	494	20.493
<i>Swap</i> (ajuste a valor justo)	(159)	3.165
Opções (valor justo) (*)	-	222
	335	23.880
Total do passivo		
Circulante	219.926	300.283
Não circulante – Exigível a longo prazo	485.524	523.315
	705.450	823.598
Empréstimos e financiamentos líquidos (sem efeito do valor justo dos derivativos)		
Circulante	219.266	298.226
Não circulante – Exigível a longo prazo	486.343	521.985
	705.609	820.211

(*) Hedge de fluxo de caixa com contrapartida no patrimônio líquido.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2009 com um custo médio de captação de 110,9% do CDI (104,4% – 31 de dezembro de 2008).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn	Lc	2009		2008	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco Itaú BBA S.A.		100%	-	11.571	29.140	-
BNP Paribas Brasil S.A.		100%	9.901	-	20.017	9.800
União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco		100%	19.715	80.562	53.367	66.667
Banco Bradesco S.A.		100%	-	14.876	15.056	-
Banco Safra S.A.		100%	30.373	24.667	-	21.571
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%	23.349	49.600	24.779	72.000
Banco HSBC S.A.		100%	8.372	-	12.085	8.333
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	1.173	30.000	1.685	30.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		45.113	193.377	35.799	199.088
Banco Santander S.A.		100%	801	40.170	223	41.093
Outros		100%	68.112	25.000	20.994	44.800
			<u>206.909</u>	<u>469.823</u>	<u>213.145</u>	<u>493.352</u>
(b) Em moeda estrangeira						
Banco Santander S.A.		100%	-	-	28.781	-
European Investment Bank – BEI	100%		10.798	15.966	11.249	26.755
Banco ABN AMRO Real S.A.		100%	-	-	42.621	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		1.559	554	2.430	1.878
			<u>12.357</u>	<u>16.520</u>	<u>85.081</u>	<u>28.633</u>
Total empréstimos e financiamentos (**)			<u><u>219.266</u></u>	<u><u>486.343</u></u>	<u><u>298.226</u></u>	<u><u>521.985</u></u>

* Fn – Financiamento, Lc – Linha de Crédito.

** Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Sobre os montantes sacados das linhas de créditos em moeda estrangeira incidiriam originalmente encargos calculados com base na variação do dólar norte-americano e juros médios de 6,0% ao ano. Os encargos sobre esta linha de crédito foram trocados (*swap*) para, em média, 111,5% da variação do CDI. As linhas de crédito em moeda nacional têm encargos entre 108% da variação do CDI e CDI + 4,8% ao ano. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Parte do financiamento tem encargos calculados pela variação cambial que foi trocado (*swap*) para 129% da variação do CDI. O saldo restante é atualizado pela TJLP, acrescido de 4% ao ano.

(ii) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária e custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP, acrescido de 2,8% ao ano.

(iii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária e custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP, acrescido de 2,3% ao ano.

(iv) Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos – BEI –, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possui prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida, da libor mais 0,15% ao ano e foram trocados (*swap*) para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, e têm como lastro recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2009	2008
2010	-	169.381
2011	275.590	169.026
2012	82.715	76.073
2013	56.586	49.922
2014	39.919	33.255
2015	29.508	22.857
2016	2.025	1.471
	<u><u>486.343</u></u>	<u><u>521.985</u></u>

16. Tributos a recolher

(a) Composição do saldo:

	2009	2008
Imposto de renda a pagar (i)	74.507	40.065
Contribuição social a pagar (i)	27.194	14.650
Imposto de renda diferido	4.047	916
Contribuição social diferida	1.457	329
ICMS	9.626	13.572
PIS	1.078	928
COFINS	5.254	4.275
Outros	7.102	3.598
	<u>130.265</u>	<u>78.333</u>
Circulante	<u>(127.285)</u>	<u>(78.333)</u>
Não circulante – Exigível a longo prazo	<u><u>2.980</u></u>	<u><u>-</u></u>

(i) Os saldos das linhas Impostos de Renda e Contribuição Social apresentaram variação relevante em relação ao ano anterior por consequência do reconhecimento, por parte da Companhia, dos efeitos da retroatividade da revisão tarifária (Nota 23.3).

(b) As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	328.589	328.589	185.815	185.815
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(82.147)	(29.573)	(46.454)	(16.723)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	8.132	2.928	7.184	2.586
Realização de correção monetária especial e de lucro inflacionário	(8)	(3)	(63)	(165)
Deliberação CVM 371/2000	710	256	74	27
Ajustes RTT	(13)	(5)	-	-
Outros	(1.321)	(837)	(846)	(369)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(74.647)	(27.234)	(40.105)	(14.644)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição – RTT –, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica – DIPJ.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

17. Contas a pagar – assunção de dívida

	2009			2008		
	Passivo circulante	Exigível a longo prazo	Total	Passivo circulante	Exigível a longo prazo	Total
Gásius						
Contribuições previdenciárias da patrocinadora	9.059	43.548	52.607	8.697	47.742	56.439

As parcelas a pagar ao Gásius decorrem da assinatura de um Termo de Confissão de Dívida junto ao fundo de pensão no primeiro trimestre de 2004. O valor original do acordo é de R\$ 54.000, sendo estipulado o prazo de 12 anos para pagamento da dívida, a qual possui, como base de atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

18. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	35,26
Gas Natural SDG, S.A.	18,90
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações – Dinâmica Energia	8,77
Outros	0,25
	100,00

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de abril de 2009 e 30 de abril de 2008, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 35.650 e R\$ 33.287, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	226.708	131.066
Constituição da reserva legal	(11.335)	(6.553)
Base de cálculo dos dividendos	215.373	124.513
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	53.843	31.128
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio	32.529	28.737
Dividendos	75.158	31.029
Total	107.687	59.766
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	50,00	48,00

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2009, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo – TJLP –, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 4.451 (R\$ 3.934 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

(c) Retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária brasileira vigente, a administração da Companhia propõe a retenção dos lucros acumulados remanescentes em uma reserva de expansão, visando o suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos. A proposta do orçamento para 2010 foi submetida ao Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2009, sendo que os recursos retidos serão utilizados nos projetos de ampliação, renovação e captação de novos clientes. A destinação dos lucros acumulados para reserva de expansão foi feita *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em abril de 2010.

Com a transferência de lucros para a reserva de expansão, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

19. Fundo de pensão e passivos atuariais

É administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou ao fim de 2009, superávit acumulado de R\$ 81.655 (R\$ 46.383 em 31 de dezembro de 2008) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.000 está sendo paga em dia (Vide Nota 17).

A Companhia é patrocinadora do Gásius em diferentes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Contempla benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram a plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual-base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais empregados e que já o eram em 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência

oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados que já o eram naquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor presente das obrigações totalmente descobertas e total ou parcialmente cobertas	290.908	308.041
Obrigação atuarial de anos anteriores (custo passado)	75.594	10.117
Valor justo dos ativos	<u>(248.785)</u>	<u>(200.403)</u>
Valor total do custo	117.717	117.755
Menos: valores já reconhecidos na contabilidade		
Assunção de dívida		
Circulante	(9.059)	(8.697)
Não circulante – Exigível a longo prazo	<u>(43.548)</u>	<u>(47.742)</u>
	<u>(52.607)</u>	<u>(56.439)</u>
Obrigações junto ao fundo de pensão		
Não circulante – Exigível a longo prazo	<u>(65.110)</u>	<u>(61.316)</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/2000 pode ser assim demonstrada:

	<u>2009</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final</u>
Plano de benefícios – Gásius	7.393	966	(3.517)	4.842
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	4.360	890	(674)	4.576
Prêmio aposentadoria	1.899	327	(244)	1.982
Assistência médica para aposentados	<u>47.664</u>	<u>8.605</u>	<u>(2.559)</u>	<u>53.710</u>
	<u>61.316</u>	<u>10.788</u>	<u>(6.994)</u>	<u>65.110</u>

	<u>2008</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final</u>
Plano de benefícios – Gásius	15.399	(4.729)	(3.277)	7.393
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	4.223	797	(660)	4.360
Prêmio aposentadoria	2.188	272	(561)	1.899
Assistência médica para aposentados	<u>43.248</u>	<u>7.673</u>	<u>(3.257)</u>	<u>47.664</u>
	<u>65.058</u>	<u>4.013</u>	<u>(7.755)</u>	<u>61.316</u>

A composição do custo atuarial por natureza é a seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Custo do serviço corrente	1.346	1.278
Custo dos juros	33.943	31.417
Rendimento esperado dos ativos do plano	(23.122)	(23.135)
Amortização de ganho/perdas	(674)	(4.876)
Contribuições esperadas de participantes	(705)	(671)
	<u>10.788</u>	<u>4.013</u>

Em 2009, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 10.788 (R\$ 4.013 em 2008) incluídos neste, além das despesas atuariais citadas acima, as despesas com complementação de aposentadoria – plano 90 e com prêmio de aposentadoria e assistência médica para aposentados. Deste valor, um total de R\$ 6.482 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 4.478 em 2008), pois se refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 4.306 devedor em obrigações com fundo de pensão (R\$ 465 credor em 2008).

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Nº participantes Gasius:		
Ativos	100	110
Inativos	1.073	1.069
	<u>1.173</u>	<u>1.179</u>

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundo de pensão (Gasius)	3.517	3.274
Assistência médica	2.559	3.105

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a.
Crescimentos salariais futuros	1,5% a.a.
Inflação	4,5 a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

20. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Cíveis	6.140	5.646
Tributárias	8.839	9.254
Trabalhistas	30.660	34.179
	<u>45.639</u>	<u>49.079</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2009 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2008	49.079
Adições	11.208
Baixas	(19.359)
Atualizações monetárias	4.711
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>45.639</u>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a ICMS.

A Companhia mantinha registrada, na rubrica de provisão para contingências, a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE –, que estava sendo objeto de depósito judicial (vide Nota 11), mas, devido à expiração da validade da Certificação de Averbação nº 980934/02 autorizado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI – em 21 de janeiro de 2005, a Companhia deixou de contabilizar novas provisões relativas a esta Contribuição.

Em 31 de março de 2009, foi revertida a totalidade da provisão original do processo CIDE no valor de R\$ 5.405, pois considerando o andamento processual, os consultores jurídicos e a Companhia reavaliaram a expectativa de êxito para possível no referido período.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Esfera		
Estadual	3.993	3.600
Federal	4.846	5.654
	<u>8.839</u>	<u>9.254</u>

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 77.803 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 297.264 em 31 de dezembro de 2008).

Desse montante podemos destacar o seguinte processo:

- Em agosto de 2000, a Companhia iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo para obter a compensação de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL, no período compreendido entre setembro de 1989 e março de 1992, com valores vincendos e não pagos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ –, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2009 seria de R\$ 24.127 (R\$ 11.415 em 31 de dezembro de 2008).

• Em julho de 2005 a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Nossos advogados estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2009 seria de R\$ 9.636 (R\$ 8.879 em 31 de dezembro de 2008).

• Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável em 2009 (até 2008: possível) e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

• Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro – DERAT –, que tornou sem efeito reconhecimento o direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e, recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. Até 2008, a probabilidade de ganho dessa ação judicial, era considerada possível, no entanto, tendo em vista esta mudança de esfera, os advogados passaram a estimar como provável a sua probabilidade de ganho. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2009, seria de R\$ 267.793 (R\$ 257.969 em 31 de dezembro de 2008) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

A Companhia mantém ainda, processo na esfera judicial contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – Cedae –, no qual questiona pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela Cedae, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. A CEG ganhou o processo em última instância, e parte do valor pago indevidamente foi determinado por um perito judicial, e a outra parte foi calculada considerando os documentos suportes. A Cedae questiona os valores pois não concorda com os cálculos. A administração está em processo de discussão e negociação do montante a ser ressarcido e, considerando que ainda existem dúvidas substanciais sobre o montante do crédito, a forma e o prazo de liquidação, nenhum ativo foi reconhecido nas presentes demonstrações financeiras.

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2009	2008
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	249	282
Ex-empregados terceiros	1.455	1.228
Outros (Ministério Público, INSS)	18	19
	<u>1.722</u>	<u>1.529</u>

O saldo das provisões para processos trabalhistas reduziu de R\$ 34.179 em dezembro de 2008 para R\$ 30.660 em 31 de dezembro de 2009 (redução de 10,3%). Esta redução é devida a acordos em processos relevantes de ex-empregados da CEG, o qual resultou no encerramento das ações, e o êxito obtido na reforma de sentenças, levando a mudanças na classificação do êxito, eliminando a necessidade de provisão. A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2009	2008
Ex-empregados CEG	9.347	17.346
Ex-empregados terceiros	21.313	16.833
	<u>30.660</u>	<u>34.179</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam R\$ 31.276 (R\$ 81.426 em 31 de dezembro de 2008).

A Companhia, visando a redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas;
- Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados;
- Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais;
- Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

21. Receita de vendas e serviços

A receita da Companhia pode ser demonstrada pelos seus principais segmentos como segue:

	2009		2008	
	Milhares de M ³ (Não auditado)	R\$	Milhares de M ³ (Não auditado)	R\$
Residencial	110.983	476.973	115.555	402.888
Comercial	73.871	199.955	78.333	168.624
Automotivo	802.679	750.236	866.056	737.983
Petroquímico	52.246	26.632	115.640	75.361
Cogeração	66.905	61.761	78.929	65.413
Industrial	450.220	481.090	543.203	508.687
Termelétrica	512.804	180.878	1.296.716	454.088
Serviços	-	20.513	-	19.175
Outros	1.845	2.513	1.960	2.296
	<u>2.071.553</u>	<u>2.200.551</u>	<u>3.096.392</u>	<u>2.434.515</u>

22. Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado.

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(e) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2009			2008		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	55.003	219.926	(164.923)	53.673	300.283	(246.610)
Não circulante	1.802	485.524	(483.722)	5.137	523.315	(518.178)
	<u>56.805</u>	<u>705.450</u>	<u>(648.645)</u>	<u>58.810</u>	<u>823.598</u>	<u>(764.788)</u>

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A empresa contratou junto ao BNDES financiamento de R\$ 252 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2007 a 2009, tendo desembolsado até junho de 2009, o montante de R\$ 158,5 milhões. A previsão de desembolso para esse financiamento vai até fevereiro de 2010. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 14). No ano de 2009 foram contratados/renovados R\$ 111 milhões de empréstimos de capital de giro de longo prazo.

(f) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(g) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(h) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia contratou, em 2008, derivativos (opções de juros), pelo prazo de até 12 meses, com a finalidade de proteção contra uma perspectiva de alta da taxa Selic. Em dezembro de 2008, essa cobertura corresponde a 24,7% do total da dívida indexada ao CDI.

As operações com opções de juros foram liquidadas no ano de 2009.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

Vide política adotada descrita na Nota 15.

(i) Derivativos (Deliberação CVM nº 550)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de *swap* são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Opções – a precificação era efetuada por meio do modelo *Black & Scholes*, que considerava a volatilidade e o preço do ativo-objeto, o preço do exercício da opção, a taxa de juros e o período até o vencimento. As operações com opções foram encerradas no ano de 2009.

Swaps – são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valores a receber/a pagar		Ganhos realizados	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Contratos de opção								
Posição titular – compra								
Índice – CDI	-	143.233	-	8	-	8	-	426
Contratos de swaps								
Posição ativa								
Moeda estrangeira	28.208	89.050	28.746	91.696	-	-	-	-
Posição passiva								
Variação do CDI	29.529	113.328	29.080	114.195	335	23.658	45.485	109.947

Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (considerando a manutenção dos mesmos níveis de câmbio e de CDI de 31 de dezembro de 2009) segundo avaliação efetuada pela administração para os próximos três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III) Os resultados demonstrados simulam efeitos no resultado do exercício para 12 meses.

Risco	Instrumento/operação	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Cambial	<i>Hedge</i>			
	<i>Swap</i> – Instrumento de <i>Hedge</i>	(9.299)	(11.624)	(13.949)
	Objetivo de <i>Hedge</i> – empréstimos – moeda estrangeira	9.363	11.704	14.045
		<u>64</u>	<u>80</u>	<u>96</u>
CDI	Despesa financeira	(58.689)	(73.361)	(88.033)
	Receita financeira	3.010	3.762	4.515
		<u>(55.679)</u>	<u>(69.599)</u>	<u>(83.518)</u>

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

23. Compromissos e contingências

23.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras – para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008. Este contrato garante o fornecimento a partir de novembro de 2008 de 5,33 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual – QDC), quantidade essa a ser incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 6,55 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual – QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC – compromisso *Take or Pay*. Os valores pagos a título de *Take or Pay* poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores aos limites estabelecidos.

Desta forma, uma vez que no período não foi retirada na totalidade a quantidade mínima contratada, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da obrigação de pagamento registrando na conta de fornecedores o valor de R\$ 27.641. Considerando as projeções de consumo dos próximos meses, o pagamento antecipado das quantidades não consumidas será compensado mediante o consumo previsto em 2010 e, portanto, a Companhia registrou o seu direito de retirada no ativo no mesmo valor da obrigação correspondente.

23.2 Compromisso com Poder Concedente

O Edital de Venda e o Contrato de Concessão que outorgaram à Companhia o direito de explorar os serviços públicos de gás canalizado, também determinam o cumprimento de certas condições e obrigações que visam, sobretudo, a ampliação e melhoria da qualidade dos serviços, a satisfação dos consumidores e os interesses do Estado. O não cumprimento dessas condições e obrigações sujeitará a Companhia às penalidades previstas no contrato de concessão.

Em 14 de julho de 2004 e 4 de agosto de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Poder Concedente, e a Concessionária CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão no qual a Concessionária obriga-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado. Nos Aditivos, a Concessionária se compromete a implantar, na sua respectiva área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender plenamente à demanda dos municípios abaixo especificados e nos prazos de início de operação e condições estipuladas a seguir:

Termo aditivo de 14 de julho de 2004:

(i) Município de Guapimirim, até o final do ano de 2005.

Situação atual: rede implantada e clientes abastecidos com gás natural.

Termo aditivo de 4 de agosto de 2005:

(ii) Município de Mangaratiba, até o final do ano de 2007.

Situação atual: estudo de traçado e projeto básico concluídos.

Devido à não disponibilidade de volumes adicionais de gás, esse projeto não foi iniciado, encontrando-se suspenso até a conclusão da nova negociação do contrato de suprimento entre CEG e Petrobras. Com a assinatura do contrato em 28 de novembro de 2008, criaram-se condições para que se possa evoluir em chegar-se a uma solução. Pelo empenho das partes em solucionar o problema, não há aplicação de penalidades.

Atualmente encontra-se em estudo o abastecimento do Município através de GNC (Gás Natural Comprimido).

(iii) Município de Maricá, até o final do ano de 2008.

Situação atual: estudo de traçado e projeto básico concluídos.

A conclusão do projeto dependerá da disponibilidade de volumes adicionais de gás que, com a assinatura do contrato em 28 de novembro de 2008, criou-se condições para que se possa evoluir em chegar-se a uma solução. Pelo empenho das partes em solucionar o problema não há aplicação de penalidades.

Atualmente encontra-se em estudo o abastecimento do Município através de rede em PE (polietileno) em média pressão. Estuda-se ainda, a ampliação do sistema de distribuição através de GNC (Gás Natural Comprimido).

Esses compromissos estavam condicionados, no Termo Aditivo, à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, em um prazo máximo de 90 dias, desde a publicação do Termo.

O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, em reunião realizada em 25 de outubro de 2005, a celebração do Termo Aditivo, desde que observadas as seguintes condições:

(i) que o investimento para a gaseificação do município de Maricá seja contemplado no fluxo de caixa livre da empresa (FCLE) da 2ª Revisão Quinquenal de Tarifas (período 2008-2012); e

(ii) que o investimento no Município de Mangaratiba, somado aos demais compromissos da CEG em 2006 e 2007, não supere o valor reconhecido no FCLE de R\$ 169.100 para 2006 e R\$ 173.900 para 2007, em moeda de dezembro de 2001 (material e despesas diferidas), de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Estes investimentos incluem os trechos dos gasodutos até o limite dos municípios de Saquarema e Angra dos Reis.

A Concessionária comunicou ao Poder Concedente e à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera, mediante carta enviada em 31 de outubro de 2005, a deliberação do Conselho de Administração, mantendo-os sempre atualizados sobre o assunto, através de correspondências posteriores. O termo aditivo foi celebrado junto ao poder concedente e à AGENERSA encontrando-se, atualmente, vigente.

Em que pese a não conclusão da obra de Mangaratiba e Maricá, a CEG cumpriu os investimentos previstos na FCLE.

O investimento para gaseificação do Município de Maricá foi contemplado na 2ª Revisão Quinquenal de Tarifas.

23.3 Revisão tarifária

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 30 de abril de 2009, foi formalizado o resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, no julgamento realizado na 5ª Sessão Regulatória ano 2009, na Agerensa, quando, através da Deliberação Agerensa nº 371, foi deliberado um incremento de 11,32% de margem e foram criadas novas classes de consumo: climatização, cogeração e termelétricas, além das tarifas para consumidores livres.

Esta decisão fixou a vigência do incremento a partir da edição da deliberação, não permitindo a retroatividade, razão pela qual este pleito foi assunto de recurso. Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação Agerensa nº 427, a qual autorizou a retroatividade, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente monta a R\$ 111.644, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo pelo valor presente de R\$ 113.456 (sendo R\$ 20.436 no ativo circulante e R\$ 93.020 no ativo não circulante, conforme mencionado na Nota 6). Consequentemente, o resultado do ano de 2009 contempla efeito total de R\$ 68.160 líquido dos efeitos tributários. O PIS, a COFINS e a taxa da Agerensa incidentes sobre a referida receita serão repassados à tarifa conforme contrato de concessão, portanto, foram registradas as obrigações e o contas a receber relativos aos referidos impostos no montante total de R\$ 10.183, sendo R\$ 1.969 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 8.214 a longo prazo.

23.4 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

24. Resultado financeiro

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.010	1.500
Atualizações monetárias e cambiais ativas	85.664	72.872
Outras receitas financeiras	<u>8.286</u>	<u>19.688</u>
	<u>96.960</u>	<u>94.060</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(489)	(357)
Encargos de empréstimo (<i>swap</i> e juros)	(141.175)	(147.382)
IOF	(3.282)	(3.417)
Atualizações cambiais passivas	(18.832)	(25.553)
Outras despesas financeiras	<u>(6.124)</u>	<u>(5.769)</u>
	<u>(169.902)</u>	<u>(182.478)</u>
	<u>(72.942)</u>	<u>(88.418)</u>

A variação de outras receitas financeiras é referente, basicamente, ao ganho nas operações de *hedge* e à variação monetária de PIS e Cofins sobre receitas financeiras devido ao ganho, por parte da Companhia, do processo transitado em julgado questionando a Lei nº 9.718/98 em 2008.

25. Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998. Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vencidos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada continua, sendo que, no caso de decisão favorável à Companhia, a mesma deixará de efetuar os pagamentos vencidos a partir da decisão, sendo certo que não exigirá reembolso pelos valores efetivamente pagos.

26. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Ramos</u>	<u>Em reais</u>
	<u>Importâncias</u>
	<u>seguradas</u>
Risco operacional (*) (**)	348.240
Responsabilidade civil geral (*) (**)	174.120
Responsabilidade civil – Administradores – Diretores e Dirigentes	3.891

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

(**) As importâncias seguradas são emitidas em US\$, cujos montantes foram convertidos para Reais pela taxa Prax do dia 31 de dezembro de 2009 – R\$ 1,7412.

